

Perspectivas históricas: Adam Schaff e a pós-modernidade

SILVA, Luiz Cambraia Karat Gouvêa da¹

Resumo: Os questionamentos a respeito dos conceitos de “verdade” e de “subjetividade” que envolvem o processo de produção de conhecimento são, certamente, dois problemas centrais com os quais cientistas se deparam permanentemente ao realizarem suas atividades. O presente artigo pretende discutir como este problema se apresenta na disciplina histórica usando como referência a perspectiva analítica de Adam Schaff. Através de suas reflexões, procuramos problematizar as premissas das escolas historiográficas Positivista e Presentista e investigar a possibilidade do ofício do historiador ser considerado uma ciência. Além disso, o artigo pretende traçar um paralelo entre o subjetivismo relativista dos presentistas, denunciado por Schaff, e o pós-modernismo, na forma como é concebida por Perry Anderson.

Palavras-chave: Positivismo; Presentismo; pós-modernidade.

Historical Perspectives: Adam Schaff and Postmodernity

Abstract: The questions about the concepts of 'truth' and 'subjectivity' that involve the process of knowledge production are certainly two central problems with which scientists find themselves permanently in carrying out their activities. The present paper intends to discuss how this problem presents itself in the historical discipline using as reference the analytical perspective of Adam Schaff. Through his thoughts, we try to problematize the premises of the historiographical schools Positivism and Presentism and investigate if the History can be considered a science. In addition, the paper intends to draw a parallel between the relativistic subjectivism of presentist point of view, denounced by Schaff, and the postmodernism, in the way it was conceived by Perry Anderson.

Keywords: Positivism; Presentism; Postmodernity.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas com os quais todo historiador certamente esbarra durante a sua formação e na prática de seu ofício gira em torno da reflexão sobre a natureza histórica e seus objetivos mais elementares. A História, como toda modalidade de conhecimento, é um campo de investigação com objetos, teorias e metodologias específicos. São essas características que a diferenciam de outras ciências humanas, como a Sociologia, a Antropologia e a Geografia. O conceito de “História” tem sido foco de intensos debates desde os gregos antigos e ganhou força com a institucionalização dessa disciplina nas universidades da Alemanha do século

¹ Mestrando no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus Assis/SP. Participante do grupo de estudos em História das Ciências Prometeu, lotado na Universidade de São Paulo. E-mail: luiz.cambraia.silva@usp.br

XIX. A partir de Ranke e da instauração de um método de construção da ciência histórica, todo o mundo ocidental desenvolveu centros de pesquisa históricos que tinham uma dupla função: construir uma identidade nacional que trouxesse coesão à população de um determinado território e resgatasse o passado da sociedade, a fim de compreender o desenvolvimento da humanidade em uma perspectiva temporal.

Porém, os pilares epistemológicos que sustentam a possibilidade da construção de uma ciência histórica sofreram significativos ataques por todo o século XX. A desconfiança na ciência, fruto das frustrações vindas das duas Grandes Guerras, e a crise da noção de progresso, fizeram com que a credibilidade de uma ciência que se propõe a desmitificar o passado fosse abalada. Vários são os pensadores que endossaram perspectivas epistemológicas que colocavam em xeque a legitimidade do pensamento histórico. O conceito de “verdade”, na condição de universal e absoluta, como a concebida pelos positivistas, entrou em crise, fazendo com que todas as ciências voltassem para si mesmas e reavaliassem seus pressupostos mais básicos. Com a História não seria diferente.

Alguns historiadores, após constatarem essa crise das ciências, iniciaram um processo de reflexão sobre o que seria a verdade histórica. A partir da crítica, reavaliaram as possibilidades da construção do conhecimento e ajudaram a desenvolver teorias mais robustas sobre a investigação científica. Um destes foi o filósofo marxista polonês Adam Schaff. Nascido em Lviv (atualmente Ucrânia), em 1913, e morto em 2006 em Varsóvia, Schaff possui uma robusta produção a respeito de Filosofia e Teoria da História. Nos anos de 1970 escreveu *História e Verdade*, obra que se insere no debate sobre a possibilidade da “verdade” e a problemática da narrativa histórica. Muito lida na época, hoje a obra ocupa pouco espaço na academia brasileira. Neste ensaio iremos refletir sobre o problema apontado por Schaff no que se refere à objetividade histórica – que, inclusive, ainda está instaurado causando desconforto na academia –, e, também, sobre a astuciosa alternativa encontrada pelo autor.

O PROBLEMA: ONTEM E HOJE

O foco de Adam Schaff está na possibilidade de o cientista alcançar a “verdade”, ou seja, atingir a máxima objetividade na produção do conhecimento histórico. Em outras palavras, o “fato histórico” – elemento fundamental para a

construção da narrativa – existe para além do sujeito que o observa ou seria apenas um elemento elencado arbitrariamente pelo pensador que faz a reflexão? Sua exposição tem início a partir da apresentação dos dois maiores suportes epistemológicos que surgiram a partir do século XIX e dominam este debate. São eles o positivismo e o presentismo:

Positivismo, que atesta que o conhecimento histórico é possível como reflexo fiel, puro de todo fator subjetivo, dos fatos do passado; por outro lado, do presentismo, variante atualmente mais em voga do relativismo subjetivista, que nega que um tal conhecimento seja possível e considera a história como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado. (SCHAFF, 1978, p.101)

O positivismo alemão teve como figura mais proeminente na área do pensamento histórico Leopold Von Ranke. Com a pretensão de resgate da verdade (*resgestae*) pressupõe-se independência entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que o investiga (historiador). Esse pressuposto de independência serviu como base para o positivista defender a neutralidade como característica fundamental da produção do seu conhecimento. Para se construir História bastaria resgatar uma quantidade de fatos bem documentados e encaixá-los em uma lógica linear de acontecimentos. As emoções e as aspirações políticas não influenciariam o historiador consciente. E a reflexão filosófica mais profunda não serviria para nada além de atrapalhar o ofício do historiador. A História é vista em consonância com outras ciências positivas: a busca da verdade – atingível pelo resgate do documento – torna-se um paradigma.

Majoritário no século XIX, o positivismo na História encontraria, segundo Schaff, seu maior algoz no presentismo e na “rebelião antipositivista” que surgem na virada do século e se fortalecem na primeira metade do século XX. Coyers Read, de acordo com Schaff, denuncia a pretensão ingênua dos positivistas: eles acreditariam no passado como um bloco rígido e acabado, completo e imutável. Esses pensadores têm como suporte três premissas: acreditam que o sujeito e o objeto constituem uma totalidade orgânica, um agindo sobre o outro e vice-versa; o pensar, o ato cognitivo, nunca é passivo, pois é sempre fruto de uma atividade do sujeito que conhece; a produção e o comprometimento do historiador sempre estão socialmente condicionados, o pensador nunca se libertaria do “espírito de partido”. O grande mentor da corrente presentista teria sido, segundo Schaff, o filósofo italiano Benedetto Croce.

Operando a partir de uma reflexão hegeliana², a “rebelião antipositivista” acredita que o passado só se concretiza no presente. Seria apenas por meio dos olhos de hoje, do agora, que o passado se constituiria e, assim, qualquer tentativa de explicação do passado seria necessariamente a projeção do presente. Como o presente está em permanente mudança, o passado deve ser reescrito constantemente.

Croce, segundo Schaff, conduziria esse pensamento às últimas consequências. Seu famoso intuicionismo – perspectiva que defende o imanentismo absoluto – levaria o autor italiano a concluir que a obra dos historiadores é apenas uma abstração individual sem qualquer possibilidade de objetividade. A História perde o seu caráter científico. Este pensador sustenta a hipótese de que a narrativa histórica deve ser considerada um impulso artístico, livre de qualquer comprometimento com a realidade material. Qualquer “fato histórico”, qualquer objeto e, até mesmo, a construção da narrativa a partir das causalidades, seriam fruto do espírito do historiador - a própria História não poderia reivindicar compromisso científico. Segundo Croce “como um fato é histórico apenas na medida em que é pensado, e como não existe nada fora do pensamento, a questão de saber quais são os fatos históricos e quais os que não o são, não tem sentido algum” (SCHAFF, 1978, p.105). O presentismo considera que o presente determina a reflexão do passado.

R. G. Collingwood seria o responsável por levar a perspectiva presentista de Croce para o mundo anglo-saxão. Entre os anos 1930 e 1940 haveria uma grande explosão de obras presentistas, com autores como Charles Beard, John Dewey e J. H. Randall Jr. Essa geração de pensadores partilhava de uma perspectiva de pensamento subjetivista na qual a história estaria unicamente atrelada à prática da subjetividade do historiador. Schaff argumenta que esse subjetivismo possibilitou uma orientação relativista, facilmente observada nas reflexões de Carl Becker. Para este último, o conhecimento histórico se dá na prática individual e subjetiva do indivíduo. Segundo Becker:

Neste sentido, a história não pode ser reduzida a uma série estatística verificável, ou formulada em termos de fórmulas matemáticas universalmente válidas. É de preferência uma criação, uma propriedade privada que cada um de nós molda em

² Segundo Schaff o próprio Hegel não seria considerado um presentista: “Em relação ao presentismo, Hegel, idealista absoluto, situa-se no polo oposto. No entanto encontram-se nas suas obras ideias precursoras que merecem ainda mais ser destacadas, na medida em que testemunham uma vez mais o seu gênio e que, além disso, conferem a prova de uma inconsequência possível mesmo da parte de um pensador desta vanguarda” (SCHAFF, 1978, p. 105)

função da sua experiência pessoal, adapta às suas necessidades práticas ou afetivas e ornamenta conforme o seu gosto estético. (SCHAFF, 1978, p. 125)

Já Chester McArthur Destler alega, segundo Schaff, que o relativismo presentista tem uma função social muito bem planejada, ligada aos interesses da burguesia mundial e estadunidense. A perspectiva subjetivista relativista teria uma orientação notoriamente burguesa (SCHAFF, 1978, p. 117).

A primeira hipótese deste artigo é a de que esse pensamento relativista denunciado por Schaff na década de 1970 é uma das características principais do fenômeno que os filósofos têm chamado nas últimas décadas de Pós-modernidade.

Segundo o livro *As origens da Pós-modernidade* (1999), do historiador inglês Perry Anderson, o conceito de *postmodernism* teria sido utilizado pela primeira vez por Federico de Onís com o objetivo de criticar o surgimento de um grupo conservador dentro da literatura e da poesia na década de 1930. O termo teria se difundido de maneira bastante limitada durante as décadas seguintes, concentrando-se principalmente nas artes plásticas, com mais força na arquitetura. Além disso, seu significado se alterou substancialmente com o passar do tempo. Era habitualmente utilizado como ponto de partida para criticar a arte que se contrapõe à ideia de modernidade. Apenas a partir da publicação do periódico *Boundary2: Revista de Literatura e Cultura Pós-modernas*, em 1972, o termo teve uma divulgação mais ampla.

Uma das análises do fenômeno pós-moderno que obteve elevada notoriedade nos anos 1970, segundo Anderson, foi a de Jean-François Lyotard, em *A condição pós-moderna*, publicada em Paris em 1979. Para este autor, a pós-modernidade seria fruto de algumas mudanças da concepção de sociedade. De um todo orgânico, a sociedade passou a ser concebida como uma rede de comunicações linguísticas. A ciência torna-se meramente um dentre os vários outros jogos de linguagem, não podendo exigir a hegemonia que pretendia nos tempos modernos. Além disso, as pretensões da Revolução Francesa de que os homens libertariam a eles mesmos e a ideia de espírito e da revelação da verdade, características do idealismo alemão, entraram em crise. Na condição de pilares justificadores da modernidade, a crise dessas narrativas impactou o pensamento ocidental.

O traço definidor da condição pós-moderna, ao contrário, é a perda da credibilidade dessas metanarrativas. Para Lyotard, elas foram desfeitas pela evolução imanente das próprias ciências: por um lado, através de uma pluralização de argumentos, com a proliferação do paradoxo e do paralogismo –

antecipados na filosofia por Nietzsche, Wittgenstein e Levinas; e, por outro lado, por uma tecnificação da prova, na qual aparatos dispendiosos comandados pelo capital ou pelo Estado reduzem a 'verdade' ao desempenho. (ANDERSON, 1999, p. 32-33)

Segundo Anderson, outro fundamental pensador que contribuiu para a compreensão do fenômeno da pós-modernidade é o crítico literário Frederic Jameson. Este sustenta que os projetos modernista e realista entraram em crise após a Segunda Guerra. O aumento da sociedade de consumo teria impulsionado o nascimento de uma forma de arte ligada aos interesses comerciais em detrimento das formas de resistência características dos movimentos modernistas que marcaram o início do século XX. É no livro *Marxism and Form* e no ensaio *Postmodernism - the Cultural Logic of late Capitalism*, ambos do início da década de 1980, que Anderson identificou uma das maiores contribuições de Jameson para este debate. Nestes textos, o autor sustenta que se desenvolveu, a partir do final da Segunda Guerra, uma nova fase do capitalismo mundial. Globalizadas e multifacetadas, as grandes empresas multinacionais dominaram os mercados que faltavam e expandiram a sua influência de uma maneira jamais vista. Conglomerados de comunicação e a popularização dos televisores ajudariam na homogeneização das práticas culturais e na ampliação da cultura do consumo. A pós-modernidade, então, seria não só essa nova fase capitalista, mas também, as formas culturais que a legitimam. O modernismo teria sido conduzido por vanguardas combativas, modernizadoras e críticas. O pós-modernismo teria caráter populista e, pela primeira vez na história, se tornaria um padrão hegemônico de estética e cultura em escala mundial. Individualista, hedonista, relativista e pouco interessada nas grandes questões da filosofia e na compreensão do passado, essa nova forma cultural teria se propagado mundialmente e auxiliado o declínio das grandes explicações de mundo. Segundo Jameson, "Pode-se dizer que o pós-modernismo é o primeiro estilo global especificamente norte-americano". (ANDERSON, 1999, p. 76)

No livro de Anderson, encontramos, ainda, reflexões a respeito das obras de Alex Callinicos, David Harvey, Terry Eagleton e outros pensadores que contribuíram para o debate sobre o fenômeno da pós-modernidade. Na sua maioria, os trabalhos destes autores apuraram as premissas estabelecidas por Lyotard e Jameson. Um exemplo é Harvey que atrasa o início da terceira fase do capitalismo para os anos

1970, já que seria a partir daí que se daria a dominação dos sistemas políticos pelo mercado financeiro mundial.

O livro de Anderson é um robusto quadro esquemático que resume o debate sobre a condição pós-moderna que permeia não apenas a academia como também a cultura de massas. Através dele podemos notar que as características culturais que respaldam a pós-modernidade estão em sintonia com os desvios relativistas dos presentistas apontados por Adam Schaff. Embora a crítica aos positivistas seja pertinente, tendo em vista que, aos olhos de hoje, o argumento da verdade absoluta e o argumento da imparcialidade são insustentáveis na prática, o ultra subjetivismo relativista, que parte do grupo presentista reivindica, leva-nos a construir a premissa de que a única forma possível de apreensão do mundo é a individual. Pensadores como Becker consideram impossível uma construção coletiva de conhecimento, já que a “ideia” é vista como “propriedade privada”. Destler e Jameson, nos alertam que essa forma de pensar é uma maneira nova e complexa de trazer legitimidade ao capitalismo e às suas novas estruturas através da dominação cultural e das mentalidades. Diferentemente de outras fases do capitalismo nas quais o poder da persuasão se dava especialmente no âmbito econômico e material, esses pensadores nos mostram como durante o século XX o capital se infiltrou nas práticas culturais.

A perda de um sentido histórico, apontada pelo filósofo italiano Remo Bodei no livro *A história tem um sentido?*, também contribuiu largamente para a expansão desse fenômeno pós-moderno. Este autor sustenta que a crise no *telos* da história, ou a crise das expectativas do futuro, está instaurada no cenário da discussão histórico-filosófica desde as conversas entre Hegel e Dilthey, há 150 anos, mas se intensificou exponencialmente nas últimas décadas do século XX. As grandes narrativas teleológicas, o marxismo e o progresso, os grandes pensadores que mostravam um horizonte para humanidade – chamados de espíritos-guia por Bodei –, as ciências e a busca pela verdade, todas essas formas de orientação do futuro, que traziam algum conforto para a humanidade, entraram em crise. Narrativistas como Croce e Hyden White não dão conta de uma construção histórica que contemple as nossas necessidades. Bodei observa a diminuição do sentido histórico nos jovens, que teriam uma orientação de vida mais ligada ao presente, ao “*now*”. Para o autor, os veículos de comunicação bombardeiam o sujeito com uma gama gigantesca e indigerível de

informações, e isso faz com que ele não tenha tempo de absorvê-las com qualidade e criticidade.

Parece-nos que Schaff, na década de 1970, através da reflexão sobre a questão da “verdade” na História, era um dos primeiros a observar o espírito da pós-modernidade se infiltrando no debate historiográfico. E isso se deu em duas frentes. Na primeira, a pós-modernidade dos presentistas se formou como recusa estética ao “presunçoso” projeto modernista de estabelecer parâmetros a serem seguidos. Na segunda, o fenômeno pós-moderno foi desenvolvido em paralelo com orientações que endossavam culturalmente as novas formas de legitimação do capitalismo pela cultura. O relativismo presentista reduz a disciplina histórica apenas à narrativa, livre de qualquer pretensão científica, como uma obra de arte.

OS AGUMENTOS DE SCHAFF

O problema histórico entre os adeptos da narratividade subjetivista e dos objetivistas é antigo. Pedro Paulo A. Funari e Glaydson José da Silva nos oferecem – no livro de caráter didático intitulado *Teoria da História* – um sucinto, porém consistente, panorama das diversas tendências que se apresentam na constituição do *fazer história* desde os gregos antigos. Por meio deste livro podemos, inclusive, observar que o argumento que caracteriza a História como prática limitada pelo caráter narrativo não é novo. Remonta ao modo como Heródoto concebia a forma de expressar as “causas” e motivos para os conflitos entre gregos e persas. Considerado o “pai da História”, Heródoto defende que a melhor forma de expressar os acontecimentos é por meio da prática narrativa que, embora opere em muitos momentos de forma racional – utiliza por diversas vezes a palavra *lógos* – não deixa de ser uma obra literária. (FUNARI; SILVA, 2008, p. 18)

Tucídides, prosseguindo o raciocínio do livro de Funari e Silva, teria uma concepção diferente. O pensador sustenta que a construção do conhecimento histórico deve, necessariamente, se limitar à narração dos acontecimentos em si, evitando ao máximo associá-lo à causas gerais mais amplas. Dessa forma, defende Tucídides, o conhecimento adquire caráter perene, já que deixa de estar vinculado às inconstantes correntes de pensamento e se fixa no *fato* em si. Este autor exerceria profunda influência nos pensadores positivistas.

O livro também traz a contribuição de Aristóteles para o debate. Em sua *Poesia*, o filósofo grego defende como a narração histórica é efêmera, já que teria por característica a escrita sobre o acontecido. A narração poética, em contrapartida, apresentaria elevado grau filosófico, tendo em vista que versa sobre a possibilidade do acontecimento e guarda alguma lição e reflexão mais profunda sobre a natureza humana. A criatividade envolvida na poética poderia ensinar alguma lição ao interlocutor, já a pontualidade do caráter histórico aprisionaria o sujeito ao acontecimento particular e efêmero.

A História, como campo de conhecimento acadêmico, na forma como a conhecemos hoje, está vinculada, segundo Funari e Silva, ao processo de institucionalização das áreas de conhecimento que se deu na Alemanha do século XIX, ou seja, nasce no berço do positivismo. A pretensão de verdade, a catalogação dos “fatos históricos”, a preferência pelo campo da política, a aridez da escrita, todas são características que o positivismo buscou delegar à História para que pudesse gozar do epíteto “conhecimento científico”. Nesse sentido, a crítica de Schaff adquire potência. Apesar da falibilidade do argumento da busca pela verdade absoluta – que, inclusive, foi apontada por pensadores contemporâneos ao positivismo como François Simiand³ –, a disciplina histórica nasce como ciência. Tem a pretensão de fazer-se científica, de sempre buscar a verdade que, embora seja aparentemente inatingível, tem como pressuposto de sua busca o progressivo aprimoramento do conhecimento. Se o ultra relativismo subjetivista denunciado por Schaff procura desestabilizar a pretensão de construção do conhecimento histórico, deveria, na verdade, questionar a ciência como um todo e não apenas uma de suas ramificações. Se o historiador entende que é possível produzir conhecimento histórico isso quer dizer que concorda com os pressupostos ontológicos das ciências.

Funari e Silva, no final do livro, dedicam um pequeno capítulo para estudar o fenômeno “pós-moderno”. Com pretensão expositiva, o trecho se resume a salientar a importância da crítica oriunda dessa nova corrente filosófica, sem tecer qualquer comentário mais aprofundado sobre o tema. Para estes autores, a pós-modernidade deve ser entendida em dois grandes eixos: a descrença nas meta-narrativas e, em segundo lugar, a desconfiança em relação aos essencialismos definidores e às

³ As críticas de Simiand às escolas Positivista alemã e à Metódica francesa serão, inclusive, resgatadas pelos historiadores da Primeira Fase da Escola dos *Annales*. (FUNARI; SILVA, 2008, p. 41)

pretensões de universalidade. Assim, a pós-modernidade é concebida como resposta à falência do projeto iluminista de um conhecimento pretensiosamente positivo.

Schaff, apesar de compartilhar de boa parte das críticas que os presentistas dirigem à escola positivista, defende que essa doutrina, que se debruça em um relativismo exacerbado, tende a empobrecer o rigor da disciplina histórica. Para defender sua crítica, Schaff nos fornece dois grandes argumentos.

No primeiro, o autor defende uma proposta diferente do positivismo e do presentismo. O marxismo reivindicado por Schaff incorpora partes da metodologia histórica ofertada pelo positivismo, mas também leva em conta as críticas sobre a verdade absoluta e a imparcialidade do pesquisador. Na perspectiva do marxismo defendido pelo autor polonês, existe uma separação entre o objeto a ser observado (fato histórico) e o observador (historiador) mas, diferentemente do que pensa o positivismo, esses objetos não estão isolados um do outro. Além disso, não estariam amalgamados como concebido por Croce e pelos presentistas. Existiria uma relação dialética entre esses dois entes.

No seu segundo argumento, Schaff problematiza o conceito de “fato histórico”. Para os presentistas, personificados, neste caso, na figura do pensador Becker, o “fato histórico” é uma asserção feita pelo historiador a partir de um fenômeno que já aconteceu no passado e, conseqüentemente, o pesquisador não teve acesso direto a ele. E, por ser uma abstração, os “fatos” não poderiam ser qualificados como verdadeiros ou falsos senão pela sua adequação à narrativa. Estas premissas são entendidas por Schaff como um idealismo subjetivista levado ao extremo. O autor transpassa o seu descontentamento em um exemplo icônico:

(...) ‘ontem encontrei o Henrique na rua’; a verdade desta asserção não só pode ser confirmada por mim e pelo Henrique, mas ainda por vários amigos que estavam presentes, bem como por uma fotografia feita por um deles no momento deste encontro. Mas eis que chega Carl Becker, e me faz o seguinte discurso: ‘Não é já com o fato desse encontro que você tem de lidar, pois que o acontecimento já é do passado; você está em presença imediata da proposição que afirma esse encontro; por conseqüência, o fato não é o seu encontro real, mas a asserção símbolo do vosso encontro.’ Na vida de todos os dias, ao ouvir palavras deste teor, diríamos simplesmente que o nosso interlocutor estava a divagar e olhá-lo-íamos com compaixão. Mas, a partir do momento em que se pratica a filosofia, ou que se aborda esta através da reflexão metateórica, as reações vulgares não vêm a propósito e, além disso, não são suficientes. Não podemos dizer simplesmente que o nosso interlocutor divaga, mas devemos apresentar argumentos, demonstrar aonde é que o seu raciocínio é falso. É aliás nisto que consistem, em grande medida, a arte e a dificuldade de praticar a filosofia. (SCHAFF, 1978, p. 220)

Schaff problematiza o conceito “diretamente”, advérbio que Becker teria utilizado para demonstrar o afastamento do historiador do fenômeno passado que estaria em processo de resgate.⁴ O problema do “imediatamente” já é um antigo questionamento dos filósofos. Não se daria apenas na apreensão dos fenômenos do passado, mas também, no que acontece no presente. É um antigo problema filosófico que versa sobre as possibilidades e controvérsias entre o homem e a forma como lida e compreende a realidade, ou mesmo, a própria existência da realidade como instância autônoma e absoluta que existe independentemente da humanidade. O ponto de partida de Becker seria o idealismo imanente, uma questão elementarmente filosófica.

(...) ‘não podemos ser testemunhas oculares dos acontecimentos passados’, tira a conclusão que só nos são dadas diferentemente as asserções relativas a estes acontecimentos. Perdão, mas por quê? Logicamente trata-se aqui de um *non sequitur* manifesto; de fato, é evidente que as fontes, os produtos materiais dos acontecimentos passados, etc., nos são passados diferentemente, na primeira acepção do termo. Se o filósofo imanentista o contesta, é porque não pensa nos fatos históricos, mas na imagem do mundo em geral. Ora, trata-se aí de um outro problema que não se deve misturar com o precedente, sob pena de utilizar para um, conclusões do outro; procedimento ilegítimo que não justifica o emprego de um mesmo termo equívoco. (SCHAFF, 1978, p. 222 e 223)

Schaff observou um deslize lógico dentro do pensamento presentista. Se o subjetivista está preocupado com a validade do “fato histórico” no plano de sua existência – alegando que é necessariamente um recorte arbitrário do historiador e que não tem validade para se construir um conhecimento coletivo já que não representa nada além de uma abstração individual –, na verdade opera com um problema filosófico no qual o que está em jogo é a possibilidade de o Homem compreender o seu entorno. Este problema, que já é debatido entre os filósofos há muito tempo, opõe idealistas a realistas. O fato é que, quando o sujeito se propõe a fazer História está necessariamente partindo dos pressupostos inerentes da disciplina. A História investiga, através de uma série de elementos materiais (textos, objetos, relatos, ruínas), as causas e consequências de inúmeros fenômenos que supomos, através de rigorosos testes, terem acontecido. Se o pesquisador questiona a possibilidade da existência do “fato histórico”, até de uma maneira solipsista, está, na verdade, com um problema anterior, de caráter filosófico. O historiador já assume

⁴ Um dos pressupostos de Becker a respeito do *fato histórico* ser uma asserção relativa ao acontecimento: “Isto é assim porque o historiador só lida diretamente com uma asserção, uma vez que o acontecimento já desapareceu” (SCHAFF, 1978, p. 218)

algumas premissas para exercer o seu ofício. Este é o *non sequitur*⁵ identificado por Schaff.

A HISTÓRIA É CIÊNCIA?

Partindo da argumentação de Schaff, acreditamos que a História seja uma ciência e, como todas as outras, esteja em constante revisão. Esse é também o posicionamento de alguns consagrados historiadores. Marc Bloch, por exemplo, historiador vanguardista da Primeira Geração da Escola dos *Annales*, acredita na cientificidade da prática histórica, tendo em vista que esta disciplina possui objetos e métodos próprios. No Quinto Capítulo de *Apologia da História* Bloch defende que o historiador deve ter como premissa a busca da relação causal entre os fenômenos históricos, já que a ciência histórica se constitui a partir de um processo relacional entre o presente e o passado. A problematização de tempos longínquos parte, necessariamente, dos problemas do presente. Este tipo de metodologia adotado por Bloch é denominado Método Comparativo.

Eric Hobsbawm defende um posicionamento parecido. Sua resposta à Lawrence Stone, colega inglês que acredita no retorno da História narrativa, é enfática: embora a História produzida nos últimos anos tenha um nível de complexidade inédito – com a expansão da História Social e das Mentalidades – e que, cada vez mais, dialogue com outras disciplinas, continua preocupada com os grandes *porquês* e com a produção de um conhecimento pretensamente científico.

“A melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada” (LE GOFF, 2013, p. 104). Por essa premissa Le Goff inicia sua reflexão sobre como o caráter científico acaba por submeter a História a todas as rigorosas exigências científicas. A preocupação metodológica, técnica, conceitual, pedagógica e estética seriam todas características intrínsecas de uma ciência. E a disciplina histórica não só desenvolve internamente rigorosos padrões de controle em relação aos seus métodos, como acompanha com bastante proximidade, as transformações metodológicas das outras ciências.

CONCLUSÃO

⁵ Falácia lógica também conhecida por *non sequitur*.

A partir da denúncia feita por Adam Schaff sobre os deslizes teóricos cometidos pelos presentistas, podemos observar que o relativismo subjetivista também é uma das características essenciais do fenômeno da pós-modernidade. Este pensamento que, segundo Jameson, se tornou hegemônico nos dias atuais, serve como legitimador cultural da nova fase do Capitalismo. O termo “Pós-modernidade” teve limitada circulação até a década de 1970. A partir daí, começou a difundir-se no Ocidente, principalmente nos círculos acadêmicos que debatiam Estética, e iria se projetar nos debates sobre política e cultura de maneira mais expressiva apenas a partir da década seguinte. Possivelmente, Schaff, filósofo do Leste Europeu, não teve acesso a esse conceito antes de terminar a obra *História e Verdade*, mas os desvios ideológicos que denunciava na figura dos presentistas guardam muitas semelhanças com os problemas dos pós-modernos apontados por Jameson.

Acreditamos que Adam Schaff, ao demonstrar as falhas lógicas do argumento relativista subjetivista, nos auxilia a responder aos pós-modernos e a todos aqueles que não acreditam que História seja ciência. A crítica à verdade absoluta, feita aos positivistas, deve ser incorporada aos debates em Teoria da História. Como todas as outras ciências, a História é uma tentativa de aproximação da realidade. Esta é inalcançável, o que não significa que não deva ser perseguida. A ciência não deve mais ser encarada como verdade, mas sim, como processo. Nesse sentido, cabe aos historiadores reavaliar constantemente a sua produção, com disciplina e rigor, cientes de que, ao surgimento de novos “fatos”, à mudança de interesses sociais e à quebra de paradigmas, sua produção deverá ser revisada.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.: 2002.

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*. Bauru: Edusc, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Gladyson José. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa. In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2013.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.